



## **A URBANIZAÇÃO E OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NA CIDADE DE SÃO LUÍS – MA: Uma análise das ocupações urbanas no Centro Histórico**

*Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Maria Bernardes da Silva  
Leticia Daolio Brambilla - RA: 220248*

### **1. Introdução**

A presente pesquisa propôs analisar as condições precárias de habitação no Centro Histórico da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, especialmente nos bairros Desterro, Praia Grande e Portinho – pertencentes ao Centro Histórico do município - que, desde os anos 1990, abrigam um conjunto de ocupações tanto de moradia, quanto culturais, envolvendo os casarões abandonados.

Assim, para atingir o objetivo supracitado, se fez necessário: a) analisar os principais indicadores sociais e econômicos sobre São Luís – MA, com ênfase na questão habitacional do Centro Histórico da cidade; b) construir um inventário sobre os assentamentos precários (ocupações urbanas) existentes no Centro Histórico de São Luís - MA envolvendo os bairros do Desterro, Praia Grande e Portinho; c) entrevistar as lideranças das ocupações e da União dos Moradores dos bairros delimitados nessa pesquisa; d) problematizar as ocupações urbanas e a luta dos movimentos sociais por direito à moradia; e e) mapeamento das ocupações urbanas existentes nos bairros delimitados no projeto.

### **2. Metodologia**

Inicialmente, a metodologia proposta para o desenvolvimento desta pesquisa pautava-se em: revisão bibliográfica e levantamento de dados secundários acerca da cidade de São Luís; um conjunto de dados primários levantados a partir de trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas. Entretanto, em detrimento da crise sanitária mundial, decorrente da pandemia de Covid-19, fez-se necessária a adequação da metodologia previamente proposta pelo projeto de pesquisa. Para tanto, houve o cancelamento da atividade de trabalho de campo e, conseqüentemente, das entrevistas com a população de interesse - moradores do Centro Histórico de São Luís (MA), residentes das ocupações urbanas e lideranças sociais locais. Nesse sentido, é importante ressaltar que a falta de dados primários, que seriam coletados em trabalho de campo, comprometeu a realização de alguns dos objetivos específicos incluídos no projeto de pesquisa original.

Portanto, foi preciso finalizar a pesquisa a partir de revisão bibliográfica e de dados secundários. Foram empreendidos esforços, em um primeiro momento, à análise da bibliografia acerca da cidade de São Luís, do Centro Histórico e dos bairros Desterro, Praia Grande e Portinho; sua dinâmica urbana e populacional; e a problemática envolta ao contexto habitacional da capital ludovicense. Em seguida, sucedeu-se um levantamento de dados secundários e estatísticos produzidos por órgãos e secretarias municipais, estaduais e federais, resultando, em posterior, na elaboração de inventário.

### **3. Descrição**

São Luís, capital do Estado do Maranhão e cidade quadricentenária, preserva em sua história características reminiscetes de sua fundação, datada de 1612, quando da chegada de Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, em terras maranhenses. Um dos marcos da colonização francesa foi a construção do Fort Saint Louis – atual Palácio dos Leões -, a partir



de onde, nos anos subsequentes, desenvolve-se o espaço urbanizado da capital ludovicense. Três anos depois (1615), sob domínio lusitano, a cidade sofre uma nova organização administrativa, a partir da qual executa-se o plano de arruamento do Engenheiro Francisco Frias de Mesquita, responsável pela orientação de seu crescimento urbano (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 62; MARQUES, 2002, p. 37). Ainda, destaca-se um breve período - entre 1641 e 1644 - em que São Luís esteve sob apropriação holandesa, antes de ser novamente conquistada por portugueses (GARCEZ, 2009, p. 23-24).

Mesquita (1958, p. 1), estabelece três momentos distintos de formação e ocupação da cidade de São Luís: a partir do século XVII tem início a formação de seu núcleo urbano, ao que se sucede, nos dois séculos seguintes - século XVIII e primeiros anos do século XIX -, a constituição do bairro central, e, por fim, no decorrer do século XIX quando se formam os bairros adjacentes ao centro. Cabe destacar que os movimentos de formação e expansão urbana ocorridos entre 1612 e 1950 se restringiram, apenas, ao núcleo fundacional da cidade, delimitado pelas águas dos rios Anil e Bacanga (PEREIRA e ALCÂNTARA JR., 2017, p. 984). Neste longo período a cidade cresceu, segundo Ferreira (2000, p. 54) “[...] de forma horizontal, que é lenta (ocupação de apenas 7,17 km<sup>2</sup> ou 1,22% das terras emersas, em 338 anos - 1612/1950) e linear no sentido Centro Histórico-Anil, o correspondente a dez quilômetros”.

Segundo Garcez, “a produção espacial decorrente da concentração e centralização do capital industrial promoveu uma intensa urbanização em São Luís, a partir da industrialização” (2009, p. 42). Ademais, ainda conforme a autora supracitada, é notório que a consolidação da cidade de São Luís ocorre a partir da alternância entre “[...] períodos de lento crescimento e/ou declínio com períodos de pujança econômica. E as demandas socioespaciais da cidade, que foram geradas em cada um desses períodos, são indiferentes para os movimentos do capitalismo monopolista” (GARCEZ, 2009, p. 106).

A industrialização é contígua à expansão do tecido urbano e ao crescimento demográfico da cidade de São Luís que, a partir de dados do IBGE, cresce de uma população de 36.798 habitantes, em 1900, para um total de 1.014.837, em 2010 - ou, ainda, 1.108.975 habitantes, se considerada a população estimada pelo IBGE para 2020. Entretanto, destaca-se que a evolução da população e da malha viária ludovicenses se associaram a um processo desordenado e acelerado de urbanização, de forma que o planejamento urbano e territorial não foi capaz de absorver todo esse crescimento, resultando em uma cidade social e espacialmente segregada.

É dessa forma que eclodem em São Luís, frente à segregação socioespacial da cidade e o assombroso déficit habitacional - em 2010 - de 41 mil moradias (BARBOSA; ESPÍRITO SANTO; TRINTA, 2014), diferentes tipologias habitacionais. Dentre as quais aqui destacam-se os assentamentos precários, as palafitas, as ocupações urbanas e os cortiços. Isso, pois, mesmo diante da pobreza extrema, nas palavras de Rodrigues (1989, p. 11),

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço.

#### 4. Resultados alcançados

O Centro Histórico de São Luís engloba, segundo o zoneamento municipal, um conjunto de onze bairros - Desterro, Praia Grande, Camboa, Diamante, Fabril, Vila Passos, Coréia, Apicum, Lira, Goiabal e Madre Deus -, delimitados pelo anel viário (CHAVES e SILVA, 2015, p. 13; BEZERRA, 2018, p. 28). Ademais, essa área central da cidade,



correspondente ao seu núcleo fundador, abriga um patrimônio edificado de cerca de 5.607 imóveis protegidos por tombamentos federal, estadual e municipal, dentre os quais incluem-se 1.369 edificações que são tomadas como Patrimônio Mundial, desde 1997, pela UNESCO (GARCEZ, 2009, p. 52).

É dessa forma que, com toda sua suntuosidade, o Centro Histórico e seus casarões coloniais revestidos de azulejos portugueses, impõem-se, em meio a grande metrópole corporativa ludovicense, como uma rugosidade; como formas envelhecidas que, no tempo presente, recebem novos usos e funções. Conforme Milton Santos (2006 [1996], p. 92),

O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.

Antes de adentrar a análise dos bairros aqui destacados, é preciso esclarecer que o limite que os separa é tênue, de forma que não há um consenso acerca das exatas delimitações entre a Praia Grande, o Desterro e o Portinho (FERREIRA, 2005, p. 27). Destarte, em alguns momentos, se torna difícil compartimentalizar a história, as informações e as populações de cada um deles, posto que compartilham da mesma dinâmica espacial e geográfica. Ferreira (2005, p. 50) estabelece como pertencentes a região do Centro Histórico, o perímetro do qual faz parte a região de “cima” e do Desterro<sup>1</sup>, incluindo a Praia Grande e o Portinho.

Dito isso, Praia Grande, Desterro e Portinho caracterizam-se como importantes centros comerciais e portuários, além de serem bairros carregados de significação para a população local, residente ou não do Centro Histórico de São Luís. Isso, pois, fazem parte da história de fundação da cidade e, também, da ancestralidade de seus moradores. Assim, os bairros componentes do Centro, segundo Andrès (2006, p. 69), apresentam usos do solo predominantes e característicos, variando conforme sua localização. De forma que, na Praia Grande destacam-se os usos comerciais e institucionais; no Desterro predomina-se o uso residencial; e, por último, o Portinho é um bairro de forte influência portuária e das atividades dela derivadas.

Hoje, as ocupações urbanas permeiam a realidade daqueles que moram ou transitam pelos bairros e ruas do Centro Histórico de São Luís. Os casarões coloniais, outrora abandonados pelas classes média e alta, transformam-se em alternativas habitacionais para a população pobre, a quem são negados o pleno direito à moradia e o direito à cidade (LEFEBVRE, 1969). Destarte, conforme o exposto por Rodrigues, “as ocupações demonstram mais uma vez que a busca de onde e como morar implica a luta pela sobrevivência, pela cidadania, uma capacidade de resistência, que desmistifica o mito da apatia dos trabalhadores” (1989, p. 46).

De acordo com Bezerra (2018, p. 50), em 2018, o grupo de pesquisa e ações “Habitar Para Preservar o Centro Histórico de São Luís” registrou um total de 10 ocupações informais na área do Desterro e Praia Grande. Dentre os prédios ocupados - públicos e privados -, 7 destinavam-se à moradia e 3 à movimentos culturais, abrigando quase 100 famílias advindas do Centro Histórico ou de outros bairros da cidade.

Em pesquisa mais recente, realizada em 2019, Bezerra (2020) retrata o aumento do número de ocupações urbanas - de cunho residencial e/ou cultural - no Centro Histórico de São Luís, apontando, agora, para cerca de vinte e dois imóveis ocupados. Dentre os quais,

<sup>1</sup> Subdivisões estabelecidas por Ferreira (2005) que retratam as fronteiras sociais - identificadas pela autora - no bairro do Desterro.



destacam-se as ocupações Maria Aragão, Canto da Estrela e Fábrica de Artes que são, hoje, as primeiras ocupações urbanas ludovicenses amparadas pelo poder público, por intermédio do Programa Nosso Centro.

Por fim, frente à crescente proliferação desse tipo de habitação precária que, gradualmente, se expande por toda a extensão do antigo Centro da capital maranhense, revela-se o inevitável: uma população extremamente empobrecida e vulnerável, vítima das mazelas e injustiças da desigualdade socioespacial, mas que enfrenta a escassez organizando-se politicamente. Ademais, ainda é passível de conclusão a ineficácia - ou, então, a seletividade - das políticas públicas voltadas à habitação no Centro Histórico de São Luís. Haja vista que estas não alcançaram a população urbana em sua completude, sobretudo, aquela parcela que, hoje, ocupa os casarões seculares, abandonados por seus antigos donos. Portanto, “aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação mas não o direito à cidade” (MARICATO, 2003, p. 157).

## 5. Considerações finais

Em vistas de todo o exposto, constata-se que o Centro Histórico de São Luís – cidade Patrimônio da Humanidade -, mesmo depois das tentativas de políticas públicas de recuperação urbana, submerge ainda em uma pobreza extrema. A partir da qual a proliferação crescente de ocupações urbanas é um intrínseco desdobramento. Decerto, hoje, essa forma habitacional adquire ares de luta social, mobilizando uma considerável parcela da sociedade, que reivindica por moradia digna e para todos. Ao passo que, também, pressiona os governos municipal, estadual e federal para a urgência de ação frente ao déficit habitacional.

Diante disso, o discurso acerca da “decadência”, “declínio” e “esvaziamento” do Centro Histórico de São Luís é um equívoco. As décadas de 1960 e 1970 representaram, na realidade, a saída das classes dominantes da área central, que se mudam para uma nova centralidade, mais aprazível aos seus interesses econômicos, sociais e culturais; seguidas, em 1990, das sedes dos três poderes públicos (BURNETT, 2011, p. 48). Entretanto, o Centro permanece, a todo tempo, habitado e muito vivo. As camadas de menor poder aquisitivo tomam as habitações seculares esquecidas por seus donos originários e transformam-nos em alternativas, mesmo que precárias, à falta de moradias.

Portanto, o Centro fervilha e faz de São Luís uma cidade enérgica, verdadeiro “Patrimônio Vivo” (BEZERRA, 2018). Em meio a pobreza, a miséria e a obsolescência arquitetônica, avultam-se inquietações populares, reivindicações por melhores condições de vida e habitabilidade. Ainda assim, nessa mesma conjuntura e em meio aos conflitos urbanos, a capital ludovicense ostenta estonteantes festejos, manifestações culturais e artísticas populares – dentre as quais, cabe citar, o bumba-meu-boi, o tambor de crioula, o cacuriá, a dança portuguesa, as quadrilhas juninas, o reggae, entre tantas outras (SÃO LUÍS, 2020).

## 6. Bibliografia

ANDRÊS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís – Análise crítica do programa de preservação e revitalização**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, 2006. 247 p.  
BARBOSA, Érica Garreto Ramos; ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do; TRINTA, Patrícia (org.) **Leitura urbana: São Luís**. Prefeitura de São Luís / Instituto da Cidade, 2014.  
BEZERRA, Nicole Pinheiro. **Patrimônio vivo - Narrativas do “habitar” no Centro**



**Histórico de São Luís (Maranhão).** Trabalho de Conclusão de Curso (Sociologia). Universidade Federal do Maranhão, 2018. 70 p.

BEZERRA, Nicole Pinheiro. **Federação dos lugares e planejamento territorial: as ocupações urbanas no centro histórico de São Luís.** Relatório (Não Publicado). São Luís: UEMA, 2020.

BURNETT, F. L. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais.** Disponível em: <<https://docplayer.com.br/13019795-Frederico-lago-burnett-sao-luis-por-um-trizescritosurbanos-e-regionais.html>>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

CHAVES, César Roberto Castro; SILVA, Brenda Veneranda Fernandes. **“Sociabilidades e Patrimônio Cultural: um olhar sobre o sentido da preservação a partir da memória socialmente construída em São Luís/MA”.** In: Revista do CEDS - Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB. São Luís, N. 3, V. 1, setembro/dezembro, 2015.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo. **São Luís: uma leitura da cidade.** São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FERREIRA, A. J. A. Uma interpretação geográfica para São Luís. Revista **GEOUSP**, nº 7, 2000, Pp. 51-58.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **“Tudo é Desterro”? - construção e desconstrução de regiões no Centro Histórico de São Luís.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, 2005. 151 p.

GARCEZ, Kedma Madalena Gonçalves. **Centro e Centralidade em São Luís do Maranhão.** 2009. 121 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2009.

IBGE. **São Luís.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>>. Acesso em: 12 de setembro de 2020.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>>. Acesso em: 12 de setembro de 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 1969.

MARICATO, Ermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

MARQUES, Marcia Tereza Campos. **Condições de Habitabilidade no Centro Histórico de São Luís-MA: Estudo das atividades comerciais e de serviços necessárias e das atividades incompatíveis.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, 2002. 101 p.

MESQUITA, R. R. **Plano de expansão da cidade de São Luís.** São Luís: DER/ MA, 1958. Mimeo.

PEREIRA, Marcio Rodrigo da Silva; ALCÂNTARA JR., José O. A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 977-998, set/dez 2017.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1989.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÃO LUÍS. **A cidade.** Disponível em: <<https://www.saoluis.ma.gov.br/pagina/54/>>. Acesso em 12 de setembro de 2020.